

## **A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO LUTA DO MST: O CASO DA ESCOLA SÃO JUDAS EM RIO BRILHANTE (MS)**

### **EDUCATION IN THE COUNTRYSIDE AS A FIGHT OF THE MST: THE CASE OF THE SÃO JUDAS SCHOOL IN RIO BRILHANTE (MS)**

Lara Dalperio Buscioli<sup>1</sup>  
Guilherme Matos de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** A educação do campo tem como proposta fazer com que o educando tenha uma análise crítica e autônoma e busca promover o resgate da identidade camponesa. Ela deve ser pensada em conjunto com a luta pela terra e pela permanência no campo através dos assentamentos, ganhando protagonismo nas lutas dos movimentos socioterritoriais no Brasil, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com isso, o trabalho teve como objetivo apresentar estas questões na escola rural São Judas em Rio Brilhante no Mato Grosso do Sul que ao longo dos anos busca contribuir para uma educação emancipatória dos educandos, confrontando a nível imaterial alguns projetos encabeçados pelo grupo francês Louis Dreyfus Commodities: o projeto Campo Limpo e Liga da Paz voltados para o ensino fundamental e médio debatendo sobre o meio ambiente, assim os educadores militantes do MST desmitificam algumas ideias com atividades de horta e reciclagem mostrando a real importância do meio ambiente. Alcançamos tais resultados partindo de três metodologias de pesquisa: pesquisa bibliográfica, entrevistas e observação participante.

**Palavras-Chaves:** Educação do campo; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Escola São Judas; Louis Dreyfus Commodities.

**Abstract:** The education in the countryside aims to make the students develop a critical and autonomous analysis as well as a recovery of peasant's identity. It must be understood within the struggle for land and permanence in the countryside through settlements, gaining prominence in the struggles of socio-territorial movements in Brazil, such as the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). The purpose of this study was to present these questions in the São Judas rural school in Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul, which over the years has sought to contribute to an emancipatory education of the students, confronting at the intangible level some projects headed by the French group Louis Dreyfus Commodities: Projeto Campo Limpo and Liga da Paz projects, focused on elementary and middle school, doing environmental debates, so militant educators of the MST demystify some ideas with the practice of gardening and recycling activities, showing the real importance of the environmental issues. We reached these results using three research methodologies: bibliographic research, interviews and participant observation.

**Keywords:** Countryside education; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); São Judas School; Louis Dreyfus Commodities

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP campus de Presidente Prudente. E-mail: lara.dalperio@gmail.com. Obs: Parte dos resultados fomentados pela FAPESP.

<sup>2</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia campus de Vitória da Conquista. Bolsista de Iniciação Científica/FAPESB. E-mail: ggui995@gmail.com

## Introdução

A educação do campo no Brasil surge historicamente dentro das lutas dos movimentos camponeses que tinham como demanda uma educação que se pautasse à realidade dos sujeitos presentes no campo, em que foi por direito conquistada e efetivada como política educacional aos camponeses, sendo de suma importância nos assentamentos rurais.

O ensino relacionado a educação do campo é voltado a esta realidade camponesa e, tem por finalidade a superação da ideia de atraso do campo (imposta pela ideologia capitalista) e da ideia veiculada quanto aos movimentos socioterritoriais (tidos como criminosos, desocupados, achincalhadores da “ordem e do progresso”), em que são colocados em evidência os saberes da terra, a luta camponesa, visando estimular a consciência crítica e de conhecimento da realidade na formação dos militantes presentes na escola do campo, conforme aborda Aguilar (2013, p. 161): “A luta pela educação no campo deve ser pensada primeiramente através da luta pela formação de todos os sujeitos desse meio”, formação que envolva a realidade de cada sujeito, libertando-se de estereótipos, alcançando a emancipação.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo central apresentar algumas considerações quanto à educação do campo nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na proposta por uma educação do campo, os sujeitos camponeses são colocados como centrais no processo de ensino, haja vista seu modo de vida específico e sua reprodução na terra de trabalho que entra em conflito com educação “tradicional” imposta pelo Estado ou mesmo por projetos empresariais.

Assim, o MST localizado no assentamento São Judas em Rio Brilhante no Mato Grosso do Sul (MS) busca a efetivação de uma educação que seja sistematizada às práticas de organização e de luta das famílias assentadas que caminham do lado oposto à lógica de expansão capitalista no campo, principalmente através da territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC), que tem apresentado projetos na escola que se contrapõem a esta lógica de educação.

Para atingir tais objetivos, partimos de três procedimentos metodológicos para a produção de informação qualitativa, que nos permitiram avançar nas discussões teóricas (pesquisa bibliográfica) e empíricas (entrevistas e observação participante) do trabalho. No primeiro caso, realizamos uma pesquisa bibliográfica que compunha os principais temas: questão agrária, reforma agrária, educação do campo e MST, através leituras de livros, teses, dissertações e artigos científicos.

A segunda parte corresponde à empírica, realizando a observação participante que exige uma gama de atividades que tem o tempo como um dos elementos principais: “quanto mais variadas as oportunidades do observador relacionar-se com o grupo, tanto em termos de status, de papel e de atividades maior será o entendimento dele” (MAY, 2004, p. 189). E as entrevistas, aplicadas com o caráter formal e semi-estruturadas, ou seja, embora apresentamos um roteiro, podemos ter liberdade de adicionar perguntas conforme necessidade e a fala do entrevistado, assim podendo interferir no momento da entrevista (COLOGNESE; MELO, 1998).

Como contribuição para uma melhor leitura e sistematização das informações contidas neste artigo, realizamos uma divisão em quatro partes: A

primeira corresponde a esta introdução, seguida do subtópico intitulado “Alguns apontamentos sobre a educação do campo” na qual trataremos a discussão sobre a educação do campo no Brasil partindo de uma vertente teórica crítica-analítica sobre este processo. A segunda parte “A educação do campo e a realidade da escola São Judas em Rio Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul” corresponde ao estudo de caso no município de Rio Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul (MS) na escola São Judas do assentamento rural que leva o mesmo nome. Nele buscamos compreender quais os processos que ocorrem a partir de uma educação diferenciada do capital, voltada para a autonomia da criança e identificação camponesa.

### **Breves apontamentos sobre a educação do campo**

A realidade educacional do campo sempre foi de um ensino que se estagnava nas séries iniciais do ensino fundamental e não havia a possibilidade de avanços nos estudos, em que a educação, historicamente, sempre esteve distante do contexto camponês, excluindo-os das conquistas de uma educação autônoma. Por esse aspecto, afirma-se que:

Tendo em vista que na sociedade capitalista a leitura e a escrita são instrumentos de *status* e poder, quase sempre é considerada um privilégio das classes dominantes, conseqüentemente as classes subalternas têm poucas oportunidades de dominar os códigos da cultura letrada, ficando submetidos a “[...] privação absoluta ou quase absoluta de símbolos e objetos da cultura letrada [...]”. (BRANDÃO, 1999, p.35).

A partir da citação, podemos analisar que o conhecimento parte de relações de poder no território e este está envolto de questões políticas que tem o Estado como centralidade para a obtenção de políticas públicas relacionadas a educação, mas cabe ressaltar que no caso da educação do campo o papel dos movimentos socioterritoriais torna-se importante para colocar na pauta dos governos este debate e propor uma educação diferenciada que parta da realidade dos educandos nos assentamentos e acampamentos do Brasil.

Di Pierro (2006), analisando a educação de jovens e adultos assentados no Brasil, afirma que a falta de instrução e estudo do homem camponês foram cruciais para a intensificação, a marginalização e a pauperização das condições de vida dos trabalhadores do campo. A autora também coloca que o outro fator expressivo nos índices de baixo rendimento escolar desses sujeitos se resume à um ensino que é oferecido à população desarticulado da realidade desses trabalhadores, conseqüentemente contribuindo com a evasão dessa população da escola e diminuindo os níveis de escolarização. Nesse contexto histórico, tem-se a exclusão social e educacional dos camponeses, atrelado às contradições do modo capitalista de produção, cuja relação é articulada pelo aparelho ideológico do estado.

Assim, cabe destacar que:

No Brasil, a força da ideologia dominante, composta pelas oligarquias agrárias que imperam desde o Brasil colonial, defendia o discurso de que aprender a ler e a escrever para os camponeses era inútil e supérfluo. O argumento era o de que a natureza do trabalho camponês (produção de alimentos a partir manejo com a terra para

sua subsistência e a venda de excedentes para a população urbana) não prescindia de formação escolar nenhuma. O próprio modo de vida camponês, a priori, era a justificativa para a negação do acesso a educação para os mesmos (CAMACHO, 2017, p. 4).

Assim, o camponês era visto apenas como produtor de mercadorias partindo do seu trabalho braçal, em que o conhecimento a partir da educação era secundário em sua vida ou mesmo inexistente, negando-o o direito a educação do campo de qualidade.

Para Menezes Neto (2009), o debate que gira em torno da educação do/no campo é promovido por interesses antagônicos entre as classes sociais. Esses interesses se materializam pelo agronegócio, de um lado e pelo projeto camponês de Educação do Campo do outro. Essas visões e pontos de vistas antagônicos vão conseqüentemente resultar em interesses políticos-pedagógicos distintos. A educação para o campo, sob a ótica do agronegócio, tem a intenção de configurar sujeitos que tenham funcionalidade à reprodução ampliada do capital, abarcando nessa intenção as ideologias impostas pelo sistema dominante, fazendo com que as desigualdades sociais sejam perpetuadas e que se mantenha também a sociedade dividida em classes. Contrapondo a este ponto de vista, a educação camponesa tem buscado a formação de indivíduos que não se fragmentem na sua totalidade e que tenham a oportunidade de compreender as relações humanas tanto na sua diversidade cultural quanto nas desigualdades sociais, econômicas e políticas, instauradas pelo capital.

Deste modo, a educação do campo deve atender as especificidades da realidade rural brasileira, conforme afirma Oliveira et al (2017):

Portanto, trata-se de um projeto de educação que tem como objetivo fundamental atender aos camponeses, e não somente a eles, mas a qualquer outro setor ou projeto da sociedade que tenha como princípio a busca da superação das relações capitalistas, que de forma alguma deve ser pensado a partir dos princípios do agronegócio. Procura-se, então, buscar propostas plausíveis a uma educação camponesa. Essa educação não pode ser um projeto de integração/subordinação ao capital, mas de defesa pelos interesses dos camponeses que perpetuam seu modo de vida pelas suas condições de trabalho e pelo vínculo à terra, espaço fundamental na construção das relações sociais do campesinato. (OLIVEIRA. et al., 2017, p.10)

Neste sentido, a educação do campo está ligada aos projetos de desenvolvimento para o país que se disputam a nível material e imaterial no território, ou seja, a luta pela terra e pela reforma agrária perpassam tais dimensões – resultantes das resistências dos movimentos socioterritoriais camponeses. Nas palavras de Caldart (2004):

A Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses. **Educação do Campo combina com Reforma Agrária, com Agricultura Camponesa, com agroecologia popular.** E é este, pois, o debate político que nos interessa fazer: como combater o latifúndio e a agricultura centrada

no negócio; e como fortalecer um modelo popular de agricultura, identificando as características da produção camponesa que devem ser preservadas, e também as que devem ser transformadas na perspectiva de um outro projeto de desenvolvimento (CALDART, 2004, p. 06 - grifo nosso).

Dentro desta perspectiva emancipatória, Camacho (2012) coloca que se faz necessário reafirmar a essência da gênese do movimento e do projeto de Educação do Campo no atual momento histórico em que a concepção de Educação do Campo vem sendo amplamente disputada por dois projetos distintos de sociedade. Se reafirma a essência da concepção de Educação do Campo umbilicada às práticas de luta dos movimentos sociais camponeses.

Para o autor, a essência da Educação do Campo está atrelada à luta pela reforma agrária, contra o latifúndio e na luta pela superação das contradições da lógica do capital:

A conflitualidade inerente à lógica de reprodução do capitalismo no campo, que desemboca na disputa por territórios materiais e imateriais entre o agronegócio e os movimentos socioterritoriais camponeses, é um dos elementos centrais que fundamenta a produção de nossa análise teórica acerca do campo e da Educação do Campo. É esta contradição de classe que movimenta a história e resulta em uma produção do conhecimento científico a partir de diferentes perspectivas.(CAMACHO, 2012, p.4-5).

É partindo de um posicionamento de luta e de contestação à restrição da dimensão educacional atrelada à realidade dos sujeitos camponeses – em que outrora os limitavam de reproduzirem socialmente, situação esta que ainda persiste na realidade do campo brasileiro – que se busca a resistência, pela via da educação do campo, para a manutenção do modo de vida e do trabalho camponês.

Assim, em sua proposta pedagógica, a educação do campo é imprescindível à reafirmação dos movimentos socioterritoriais que tem o MST como um dos mais importantes na luta. Para o Movimento o aspecto educacional assume dimensão central, em que a partir das lutas dos subjugados do campo ele foi se formando e tornando-se um dos movimentos mais importantes do Brasil.

### **A educação do campo e a realidade da escola São Judas em Rio Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul**

O MST nasce na década de 1980 a partir de ações na região Sul do país, buscando lutar pela conquista e reconquistas de seus territórios num contexto político complexo de avanço do agronegócio (FERNANDES, 1990), correlacionando com o debate da questão agrária em diversos âmbitos como saúde e educação.

Conforme relata Bezerra Neto (1998):

O MST nasceu das lutas concretas pela conquista da terra, que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada na região Sul, num momento em que aumentava a concentração de terras e ampliava a expulsão dos pobres da área rural, devido à modernização da agricultura e à crise do processo de colonização implementado pelo regime militar (BEZERRA NETO, 1998, p. 18).

No espaço educacional é que o Movimento assume sua resistência frente à chamada modernização da agricultura, esta defendida e efetivada pelos entes da classe dominante (Estado, grandes latifundiários, empresários do agronegócio nacional e estrangeiro, entre outros). Nesse sentido, para se compreender um projeto específico de educação do campo vinculado às lutas do MST é necessário se contextualizar o processo histórico de sua consolidação.

Caldart (2003) aponta que:

Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem Terra (CALDART, 2003, p. 62).

Pela trajetória do MST, percebe-se que o Movimento “ocupou-se” do espaço educacional em três dimensões: na mobilização dos trabalhadores sem-terra pelo direito à escola e a possibilidade de uma educação que faça sentido e diferença na vida futura dos seus filhos; na organização pedagógica específica às escolas conquistadas, bem como à formação de educadoras(es) que trabalhem nessa perspectiva dentro da organização do Movimento; e na incorporação da escola na dinâmica dos sem-terra, não sendo esta escola qualquer uma, mas sempre vinculada ao seu aspecto político, que preza a formação crítica de seus sujeitos nas estratégias de luta pela terra e de reprodução social.

Dessa maneira, os trabalhadores camponeses, sob o exemplo das lutas travadas pelo MST por uma educação específica a seus valores e seus objetivos sociais, se conscientizam e sentem-se parte da luta, percebendo a sociedade em que se inserem na busca em mudar seu *status quo* e se libertarem das amarras do sistema do capital (nacional e estrangeiro) que acabam por cercar os espaços de reprodução camponesa.

Como é o caso do assentamento PA São Judas em Rio Brillhante (MS), cercado pela produção de cana-de-açúcar do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC) que tem prejudicado de várias formas a reprodução dos camposes assentados por meio da luta do MST em 1998. O assentamento é composto por 187 famílias em 4.155 hectares (DATALUTA, 2015), em que desde o início desta luta a questão educacional era latente, conforme relata a militante e educadora Vanessa: “... *nossa maior luta foi por estrada, energia elétrica, água, posto de saúde e principalmente a escola, que contribui fortemente com a permanência dos sujeitos do campo no campo*” (Vanessa em entrevista a Buscioli, 2015).

Para a obtenção de uma escola no assentamento o MST organizou-se conseguindo recursos para a construção de uma escola de madeirite (figura 1) com quatro salas, cozinha, dispensa, mesas e banco na qual os professores se prontificaram a dar aulas voluntariamente com o material educacional do MST para 44 alunos até a quarta série. Vale ressaltar que a merenda também era voluntária com os alimentos trazidos pelos assentados.

A esta configuração podemos relacionar com o que os autores Caldart e Schwaab (1991) apontam quando relacionam a escola com uma educação diferenciada, em que esta se configura como tal ao se relacionar, ou seja, criar um

elo de ligação com os pais dos educandos que conscientizam-se ao saber que o papel da escola contribuí para o avanço da luta pela terra no assentamento, sem separação entre a realidade do assentamento e o que se ensinam nas salas de aulas.

Segundo os documentos da escola, em 2001 ela foi transferida devido ao estado das madeiras para um galpão com poucas condições para os educandos, sendo necessário realizar uma ocupação na prefeitura para a solicitação de uma boa estrutura para as crianças estudarem, com a construção de uma nova escola. Atualmente, a escola (figura 2) tem 180 educandos matriculados na educação infantil e fundamental e possui uma melhor estrutura física que permite o desenvolvimento das crianças, também conquistado devido à manifestação através da ocupação da prefeitura de Rio Brillhante.

As figuras 1 e 2 apresentam a historicidade da luta pela escola no assentamento PA São Judas. Observamos na primeira figura a escola inicial de madeirite utilizada entre as décadas de 1990 e início dos anos 2000, sendo de grande representatividade para os educandos e educadores do MST e na figura 2 apresentamos a escola na atualidade com a presença até mesmo de um ônibus para o transporte dos educandos.

**Figura 1: Escola utilizada em 1999 e 2000**



Fonte: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Judas

**Figura 2: Escola São Judas em Rio Brilhante**



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

A escola parte de uma pedagogia diferenciada onde a questão da educação do campo como libertadora é central para os educadores, relacionando os seus aspectos de vida e luta. Conforme o documento disponibilizado pela escola, podemos ter a dimensão desta questão:

O acompanhamento e formação aos professores era feito através do MST, pela pessoa do Francisco Edmar Ferreira, que trabalhava no setor de educação do movimento. Um dos marcos na formação dos professores foi um trabalho realizado com a Educadora Ayaco... que trabalhou com a turma a metodologia de Paulo Freire, **metodologia essa que baseava-se o trabalho dos educadores, uma educação libertadora** (ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JUDAS, sem publicação, p. [1] – grifo nosso).

Como podemos analisar através da citação acima, a formação inicial dos educadores era feita pelas ideias e estudos de Paulo Freire, nome que se tornou uma disputa contra o Estado devido ao desejo dos militantes em colocar este nome na escola, mas acabou ficando São Judas, pois a correlação de forças foi bem maior.

Conforme podemos observar na fala de Vanessa:

*Havíamos através de uma reunião, escolhido o nome Paulo Freire, porém quando foi decretada a lei de criação da escola a administração não aceitou o nome, por afirmar que não tinha relação com a história da educação... como percebemos que seria inútil discutir, sugerimos então que a escola recebesse o nome do assentamento pois o nome sugerido por eles nós não aceitávamos. E assim foi feito, ficando Escola São Judas (Vanessa em entrevista a Buscioli, 2015).*

A militante e educadora Maria afirmou em entrevista que atualmente o MST não atua mais na formação dos educadores, mas estas ideias são essenciais para contrapor os dois projetos da LDC na escola: o “Campo Limpo” ainda vigente e a “Liga da Paz” já finalizado. O primeiro projeto está voltado para os educandos do 1º e 2º ano do ensino médio com uma cartilha de jogos e atividades, e o segundo projeto busca conscientizar os educandos por meio de palestras com temas como a preservação do meio ambiente ou com o recolhendo de embalagens de agrotóxico da natureza, dando prêmios para as atividades lúdicas das crianças como desenhos e redação.

Ao indagarmos a educadora e militante Vanessa sobre a importância de tais projetos na escola, ela relata: *“Não tem importância, sabemos que as usinas apresentam esses projetos como ação social, são obrigados a apresentar projetos que amenizam a degradação da natureza”* (Vanessa em entrevista a Buscioli, 2015).

A educadora Maria também afirma que é contra esses projetos que se vinculam as empresas estrangeiras:

*Porque a gente não vai trabalhar com a usina, não queremos que o jovem saia do campo pra ir trabalhar na usina, então porque eles precisavam aprender sobre a usina se eles precisam aprender sobre a terra?*

*Se eles aprenderem sobre a terra não precisa aprender sobre a usina, eles já vão saber os impactos que vão causar a usina. Era mais sobre química, a composição do açúcar, os benefícios... De onde vem, pra nós não é vantajoso, pra nós o interessante é o açúcar mascavo, o orgânico! Ai, no entanto a gente tem que engolir os projetos! (Maria em entrevista a Buscioli, 2015).*

Ainda segundo a militante ocorre uma confrontação de ideias partindo de diferentes posicionamentos políticos: *“É uma briga muito árdua, mas a gente tem que desconstruir quando eles [LDC] vão embora. Então eles vêm dão a palestra deles e quando eles saem a gente tem que voltar todo o tema de novo e por as crianças para pensar!”* (Maria em entrevista a Buscioli, 2015).

Essa desconstrução dos ideários parte da educação do campo como iniciativa pedagógica e política da escola, sendo ensinada a questão da terra como vida e não como mercadoria em que o meio ambiente deve ser preservado e cuidado sob uma lógica distinta. Diferentemente dos temas voltados deste projeto que estão relacionados ao agronegócio e o meio ambiente como algo a ser extraído, sem levar em consideração as lutas dos sujeitos do campo: *“Eles [o grupo LDC] destroem, poluem, desertam tudo e depois vem com a política que tem que cuidar da natureza!”* (Maria em entrevista a Buscioli, 2015).

Podemos observar que estes diferentes posicionamentos partem de uma análise paradigmática de como conceber o desenvolvimento do campo brasileiro. Segundo Fernandes e Welch (2008) temos dois modelos de desenvolvimento: o agronegócio pautado na produção de commodities em larga escala, utilizando do trabalho dos camponeses para a sua produção e os configurando meramente como produtores de mercadorias e o modelo de desenvolvimento do campesinato que parte de uma lógica de produção diferenciada, com diversificação de alimentos, em pequena escala e trabalho familiar.

Estes projetos de desenvolvimento configuram-se em diferentes projetos políticos educacionais, como vimos a exemplo da área de estudo. Assim, para desmistificação de tais ideais do grupo francês e para ter uma concretização de uma

educação do campo libertadora, em que o ensino é voltado para a realidade dos educandos, a escola tem feito alguns projetos mostrando outra forma de conceber o campo.

Podemos citar alguns projetos como o de utilização de recicláveis e meio ambiente que promove através da confecção de pneus (figura 3) colocado nas plantas (ornamentos) a representatividade da terra, o projeto de horta (figura 4) que os educandos ajudaram na sua construção e manutenção, bem como na utilização de materiais recicláveis como garrafas para o bloqueio das hortaliças.

**Figura 3: Projeto de utilização de materiais recicláveis da escola do PA São Judas**



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

Analisando a figura 3, podemos considerar que este projeto é importante para criar uma ligação com a terra, buscando a partir da utilização de pneus confeccionados com tinta de diferentes cores (amarelo, azul, vermelho, verde etc.) e de garrafas de plástico como forma de uso de contenção, uma melhoria no ambiente, deixando-o mais alegre e colorido, além de contribuir para a sua preservação.

Assim, o meio ambiente, neste caso o espaço escolar, torna-se um território de alegria e enfrentamento diante das adversidades da vida no campo e da luta pela terra, em que ela aproxima ainda mais os educandos camponeses com a terra/território ocupados.

**Figura 4: Horta da escola do PA São Judas**



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

Podemos observar, por meio da figura 4, que nas atividades da horta ocorre à presença dos recicláveis mostrando que tudo que há no meio ambiente está interligado. Esta atividade torna-se importante na medida em que os educandos se conscientizam sobre a importância da terra/território e de sua preservação, que acarreta na sua subsistência.

Estas ações contribuem na construção da identidade camponesa nos educandos, contrapondo os discursos do agronegócio/Estado/latifundiários, mostrando que a terra é um lugar de vida/produção e não de mercadoria. Assim, o educando parte da sua realidade no espaço escolar.

### **Considerações Finais**

O presente artigo procurou dar as discussões iniciais sobre a educação do campo como forma de resistência camponesa, colocando-se como contraponto com a ideologia dominante sobre o processo educacional tradicional e de como conceber o campo. Diante disso, foi apresentada a escola São Judas no assentamento PA São Judas em Rio Brillhante (MS) que está rodeada pela cana-de-açúcar do grupo francês Louis Dreyfus Commodities que tem aplicado projetos sociais na escola, que não partem das mesmas lógicas educacionais e sociais que propõem o MST.

O MST em sua proposta pedagógica em consonância com a da Educação do campo, desde o início de sua luta teve uma preocupação educacional dos seus sem-terrinhas acampados ou assentados que contribua com o processo emancipatório, de autonomia e de identificação com a luta camponesa. Assim, ele tem buscado a partir de suas lutas, fazer frente ao processo tradicional de educação que não comporta em sua totalidade a realidade camponesa.

Na escola São Judas apresentamos dois projetos educacionais proposto pelo grupo francês Louis Dreyfus Commodities: o Campo Limpo e a Liga da Paz

voltados para o ensino fundamental e médio. Eles têm o intuito de conscientizar os educandos para as questões ambientais e sociais no território brasileiro partindo de algumas atividades lúdicas como jogos e redação, mas vimos que há uma contradição em tais ideias se comparado à educação libertadora e emancipatória que a escola propõe.

Estes projetos são desconstruídos pelas educadoras da escola com discursos e projetos de reciclagem, pois não têm relação com a realidade dos educandos das quais o discurso é a sua subordinação ao capital e colocando a terra como mercadoria, quando que, na realidade, o que a escola prega é uma educação emancipadora e livre. Assim, o processo educativo se configura como importante elemento para dar continuidade à vida no campo e consolidação da reforma agrária.

## Referências

AGUILAR, Andrea Carolina Lopes de. **A luta do camponês por uma educação específica para o meio rural no ambiente em que se encontra**. In: Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 6, v. 6, n. 12, p. 156-165, jan-jun 2013.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra Aprende e Ensina: Um estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. Campinas: Autores Associados, 1998.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brillhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nanderu**. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2016.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JUDAS. **Assentamento São Judas**. Sem publicação.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST (1979-1999)**. 1999. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade de São Paulo. São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff Andrew. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural.** Porto Alegre: Sulina, 1999.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo.** Trabalho Necessário, ano 2 - número 2 – 2004. Disponível em: <[http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN\\_02/TN2\\_CALDART\\_RS.pdf](http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_02/TN2_CALDART_RS.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CALDART, Roseli Salete. **A Escola do Campo em movimento.** In: Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CALDART, Roseli Salete; SCHAAB, Bernadete. **A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos.** In: Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. GORGEN, F. S. A.; STÉDILE, J. P. (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1991. 85-115 p.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A educação do campo no paradigma da questão agrária: o projeto camponês de educação.** In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo.** 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Educação do campo e educação geográfica: histórico e pressupostos teóricos.** <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Teoricos/14.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2017.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. **A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social.** Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998, v. 9, p. 143-159.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra.** 2015.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MENEZES NETO, Antonio Júlio de. **Formação de professores para a Educação do campo: projetos sociais em disputa.** In: ANTUNES-ROCHA, Maria Izabel;

MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). Educação do Campo: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 25-37. (Coleção Caminho da Educação do Campo, 1).

OLIVEIRA, Guilherme Matos.; PEREIRA, Lara Barros; SOUZA, Suzane. Tosta. **Os espaços de reprodução camponesa e a educação do campo**: histórico e proposta da Escola Família Agrícola em Anagé/BA. In: II Simpósio Baiano de Geografia Agrária: entre a teoria e a prática, articulações e resistências, 2017, Salvador. II Simpósio Baiano de Geografia Agrária: entre a teoria e a prática, articulações e resistências. Salvador: UFBA, 2017. v. Único. p. 1-11.